

ORGANIZADOR
ALEXANDRE DE MORAES

2017
2º SEMESTRE

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DE 5 DE OUTUBRO DE 1988

- **Emendas Constitucionais Seleccionadas**
- **Legislação sobre Processo Constitucional:** Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – Ação Direta de Constitucionalidade – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Ação Popular – *Habeas corpus* – *Habeas data* – Lei das Súmulas Vinculantes – Mandado de Injunção – Mandado de Segurança individual e coletivo – Recurso Extraordinário e Recurso Especial
- **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**
- **Súmulas do STF**
- **Índice Alfabético-Remissivo da CF**
- **Acompanhamento legislativo on-line**

De acordo com:

- **Emenda Constitucional – 96, de 06.06.2017**

44.^a edição
revista e atualizada



atlas

Inclui **MATERIAL
SUPLEMENTAR**
Emendas Constitucionais
na íntegra



Resumo de Constituição da República Federativa do Brasil. De 5 de Outubro de 1988

A Editora Atlas, com o objetivo contínuo de aperfeiçoamento de suas obras jurídicas, ofereceu ao leitor, a partir da 17ª edição da Constituição da República Federativa do Brasil, parte integrante da coleção Manuais de Legislação Atlas, um volume inteiramente revisto e atualizado com os textos das Emendas Constitucionais nos 1 a 96, das Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6 e das Leis nos 9.868/99 e 9.882/99, que disciplinam o controle de constitucionalidade.

Assim, as novas edições sofreram significativas alterações em relação às anteriores, visando propiciar maior celeridade de consulta e quantidade de informações legislativas aos profissionais e estudantes de Direito. Dessa forma, cada artigo traz remissão aos demais artigos constitucionais conexos, bem como à legislação infraconstitucional pertinente, de modo a facilitar e tornar mais completa a consulta, possibilitando a análise do texto constitucional em seu conjunto, pois o leitor será remetido, imediatamente, aos demais artigos constitucionais que tratem de assuntos complementares ao consultado.

Igualmente, facilita-se a análise das normas que complementam a Constituição Federal, pois são indicados os textos legais pertinentes, inclusive tratados internacionais devidamente incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se, portanto, de uma nova e eficaz maneira de estudo do texto constitucional em seu conjunto, mostrando-se de grande valia, inclusive para os candidatos a concursos jurídicos, devido a ausência de citação doutrinária ou jurisprudencial.

Esperando que essas alterações tornem a consulta do texto constitucional mais fácil, ágil e completa, coloco-me à inteira disposição para sugestões e críticas de nossos leitores. - Alexandre de Moraes.

Nota da Editora: Esta obra consolida décadas de experiência do GEN | Editora Atlas na publicação de livros jurídicos. Apresentamos aos

estudantes, acadêmicos, profissionais do Direito e das mais diversas áreas do conhecimento a Constituição da República Federativa do Brasil, confiantes por termos superado o desafio de oferecer o material mais consistente do mercado.

Cuidadosamente produzida para oferecer o melhor conteúdo legislativo, a Constituição da República Federativa do Brasil possui projeto gráfico prático e moderno, que permite a otimização na busca de informações. Nesta 44ª edição, houve ampla inserção de legislação complementar, com normas relacionadas a processo constitucional e súmulas do STF.

Também foi feita uma seleção das emendas constitucionais que alteraram o conteúdo da Constituição – a íntegra de todas as emendas, inclusive as de revisão, está no material suplementar. A obra, então, passa a apresentar a seguinte estrutura: Constituição Federal; Atos das Disposições; Constitucionais Transitórias; Emendas Constitucionais selecionadas; Legislação complementar; Habeas Corpus; Ação Popular; Recurso Extraordinário e Recurso Especial; Habeas Data; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental; Lei das Súmulas Vinculantes; Mandado de Segurança – individual e coletivo; Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Decreto 6.949, de 25.08.2009; Mandado de Injunção; Súmulas e Súmulas Vinculantes do STF; Índice Alfabético-Remissivo da CF.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)